

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

A INVESTIGAÇÃO E A DIDÁCTICA
DA LÍRICA DE CAMÕES

Separata da Obra “Didáctica da Língua e da Literatura”
Instituto de Língua e Literatura Portuguesa – Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra
Almedina

A INVESTIGAÇÃO E A DIDÁCTICA DA LÍRICA DE CAMÕES

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES
Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

Um dos maiores gostos que o professor de Português pode cultivar é, sem dúvida, o de ensinar Camões. Digo “gosto”, certo de que a expressão é consensual e não seria capaz de dizer menos do que isso, porque, se todos gostamos de poesia, é difícil conceber que se não goste dos textos que constituem o centro irredutível da escrita literária alguma vez produzida em Língua Portuguesa.

Sabemos bem que muitos alunos não gostam de Camões, à partida (e às vezes mesmo à chegada) e sabemos também que essa indiferenciação estética (tão característica das chamadas “culturas juvenis”) os leva a sobrepor as letras cantadas pelo Paulo Gonzo (ou mesmo pela Rute Marlene) a qualquer soneto, a qualquer redondilha de amor camoniana, numa confusão de planos que a Escola tem cada vez mais dificuldades em evitar.

Mas nas actuais circunstâncias, tantas vezes pautadas pelo desânimo e pela descrença, convém lembrar que os professores de Português pertencem a uma escola que sabe apreciar um texto poético; ao contrário da grande maioria dos alunos, não necessitam de questionar permanentemente a utilidade da poesia; têm consciência de que ela fala de forma diferente a cada sensibilidade; e têm em conta – em perfeita conta – que o indivíduo se vai encontrando com os textos de forma distinta em cada fase da vida, dentro da Escola e, desejavelmente, também fora dela.

Para além destes factores, que nos transformam, de facto, numa minoria qualificada, é ainda necessário evocar a tensão insolúvel que resulta do confronto entre uma “matéria de prazer” (neste caso, os textos de Camões) e as obrigações impostas pela Escola, em termos de horários,

orientações metodológicas e objectivos a atingir. Não basta considerar as dificuldades dos alunos em aderir a textos escritos num registo e num estádio de língua que não sentem como seus; é necessário também levar em linha de conta que esses mesmos textos se centram em emoções, sentimentos e valores, à partida estranhos à maior parte dos adolescentes. E é este desfasamento entre o **Gosto** espontâneo ou induzido e a **Obrigaçã**o imposta pelo Sistema que melhor explica o quadro de retraimento que pode envolver os alunos de Português, para desgosto dos professores, que a esse gosto e a essa obrigação consagram o melhor do seu entusiasmo e capacidade de entrega.

Na posse aguda desta consciência, o professor limita-se muitas vezes a combater a desmotivação dos alunos, tentando arrancar-lhes o preconceito de que a poesia é inútil em todos os sentidos da palavra. Mas assim, quase não chega a ensinar Camões, porque já não há forças e porque já não há tempo; às vezes, também, porque as suas próprias convicções saem um tanto abaladas desta longa erosão psicoafectiva.

Porventura é também este estado de espírito que tem conduzido, na formação contínua, à desvalorização da componente dita científica em proveito da componente didáctica ou metodológica¹. Ler um ensaio sobre a poesia de Camões, mesmo que fundamentado e inovador? Para quê, se se torna depois impraticável qualquer rendimento didáctico a partir dele? Pois se os alunos, nem o Camões básico, aquele que se convencionou poder explicar “às criancinhas” a partir do binómio vida/obra ou texto/contexto, conseguem entender e apreciar...

Neste clima de ansiedade, têm surgido algumas propostas no sentido de promover o “encontro” dos alunos com Camões a qualquer custo, tornando-o “acessível”. Quase chega a parecer boa ideia, por exemplo, fazer do autor d’*Os Lusíadas* um adolescente incompreendido e problemático, a balbuciar absorto, pelas esquinas, o “Amor é fogo que arde sem se ver” ou “O dia em que eu nasci moura e pereça”. Mas não podem aceitar-se expedientes deste tipo. Indo por esse caminho, já não é Camões quem se dá a conhecer aos alunos, mas uma reencarnação apócrifa e descaracterizada de um qualquer poeta maior, transposto para o nosso quotidiano lectivo por imposições do cânone.

¹ Para confirmar este desequilíbrio, basta consultar a lista de acções de formação dirigidas a professores de Português, nos últimos anos, que foram objecto de acreditação no âmbito do “Programa Foco.”

Qual é então a maneira de enfrentar o problema? Não há, que se saiba, uma via fácil e milagrosa e o mais que pode aduzir-se a este propósito pode mesmo soar a trivialidade. De facto, importa reconhecer, antes de mais, que não há só problemas com os alunos e com os programas. Há também problemas connosco e o maior é até – e porventura aquele de que menos se fala –: o *deficit* de saber. Para conseguirmos levar os alunos a descobrir um Camões verdadeiro, tirando partido estético e informativo da sua obra, não basta confinarmo-nos à magreza dos conhecimentos adquiridos na Universidade, confiados em que, numa qualquer sala de aula do Secundário, eles serão sempre bem mais do que suficientes. Pelo contrário: seja qual for a profundidade e a extensão do que tivermos aprendido, não há remédio senão perseverarmos na consolidação dos conhecimentos que, em nós, nunca são satisfatórios. Em nome da probidade pedagógica, mas também em nome da própria natureza das matérias com que lidamos, importa muito mantermo-nos abertos a revisões que poderão advir das nossas leituras, das nossas aulas, mas também muito da nossa própria maturação, em termos de sensibilidade.

De facto, independentemente dos instrumentos de análise com que trabalhamos, está fora de dúvida que a nossa relação com Camões se altera à medida que os anos passam, evoluindo no sentido do reforço da empatia que nos conduz, a partir do nosso saber e da nossa experiência de vida, a uma compreensão mais funda de textos decisivos como as canções IX e X, a égloga dos Faunos, as redondilhas de “Sobre os rios que vão”: precisamente aqueles que, à partida, se situam mais fora do alcance emotivo e da preparação intelectual do adolescente.

Por outro lado, na medida em que avaliamos como escasso o nosso próprio conhecimento, ficamos também mais aptos a compreender a ignorância dos alunos, relativizando-a e criando condições de cumplicidade que permitam atenuá-la. Se há regras lineares para atingir alguma eficácia pedagógica, esta parece ser uma delas: manter o que sabemos em aberto para depois, legitimados pelo trabalho (que, no nosso caso, até reverte em prazer) e por toda a humildade que pudermos conservar, ensinar alguma coisa com bases e com senso.

Norteados por estes pressupostos, pareceu-me útil examinar algumas das aquisições mais recentes da investigação camonianiana, visando ponderar a maneira como elas podem repercutir-se na teoria e na prática pedagógicas do Ensino Secundário. E se a primeira parte deste trabalho envolve já, de algum modo, uma atitude de selecção e leitura pessoal, a

segunda parte -- aquela em que me ocupo dos objectivos e conteúdos pedagógicos resultantes da lírica camoniana— apoia-se ainda mais, como não podia deixar de ser, em opções abstractas, a requererem um trabalho de adequação que contemple as múltiplas variáveis práticas que não podem considerar-se numa reflexão deste tipo.

1 – É notório que a produção bibliográfica inspirada pela lírica camoniana vem crescendo nos últimos anos em variedade e em diversidade metodológica. E mesmo descontando o impulso que resulta directamente das circunstâncias comemoracionistas (1980, 1995), não há dúvida de que a personalidade de Camões, que foi durante tantos e tantos anos estritamente identificada como o “grande épico das letras portuguesas”, é hoje também (e parece sê-lo crescentemente) o autor de uma obra lírica que representa o ponto de chegada de toda uma tradição em Português (e em Castelhana) bem como o ponto de partida para tudo o que se escreveu depois, nesse mesmo modo literário e nessa mesma língua, na Europa e em terras tropicais. Para além disso, a lírica de Camões é em si mesma atravessada por uma desmultiplicação de estados anímicos que a aproxima da sensibilidade do leitor de finais do século XX, dado à questionação e ao íntimo dissídio que resulta do ocaso de certezas e valores.

Quem se conserva atento à Bibliografia camoniana, verifica sem dificuldade que a Lírica tem vindo a ser crescentemente estudada, de há 25 anos a esta parte: aparentemente ao sabor das brisas metodológicas que sopram na Universidade; mas também, julgo eu, muito de acordo com os ventos que nos impelem para essa busca funda do eu, a que a escrita lírica conduz de forma muito especial. Para além de razões de valia estética e patrimonial, poderá concluir-se que o reforço da presença da Lírica nos programas escolares se justifica também pela fortuna de uma sensibilidade crepuscular que, neste como em outros aspectos, nos aproxima do tempo e da pessoa de Camões? Somos tentados a acreditar que sim, pelo menos tanto quanto os programas escolares reproduzem a lógica política e social.

É já vasta (e babélica) a bibliografia inspirada pela lírica camoniana e está fora do meu propósito empreender aqui o seu rastreio crítico completo. Por agora, o meu objectivo é apenas referir alguns contributos saídos a lume nos últimos anos, seleccionados em função da sua importância para a investigação e a didáctica dos textos de Camões. Porém, uma vez que os estudos camonianos constituem uma área de saber invulgarmente articulada em função de determinadas matrizes e orientações, a apreciação dos estudos mais recentes não pode desligar-se das linhas de ascendência

de que dimanam. Até porque, como muito bem sabemos, nas nossas matérias, a verdadeira inovação não pode prescindir de um confronto crítico com a tradição.

1.1 – Nas décadas de 50 e 60, o entendimento mais corrente da lírica de Camões era essencialmente ditado pelas lições de Hernâni Cidade e António José Saraiva. Ao primeiro, durante muitos anos Professor da cadeira de *Estudos Camonianos* na Universidade de Lisboa, deve-se, entre outras coisas, o mérito da relativização das circunstâncias biográficas (que vinham do Romantismo e que a erudição positivista não enjeitou) e a atenção sistematizada aos múltiplos códigos estéticos que enformam a Lírica e que vão desde a cortesia peninsular ao petrarquismo e ao neoplatonismo; a visão pluri-tonal das *Rimas* instalou-se então como imagem de marca, levando por exemplo os autores de manuais (à semelhança, aliás, do que fizeram já os primeiros editores de Camões) a adoptar esquemas de separação entre a lírica tradicional e a lírica italianizante, estabelecendo uma hierarquia e um registo de precedência que ainda hoje se mantém².

Já António José Saraiva, que foi durante um determinado período de tempo um adepto excepcionalmente dotado de visões globais marcadas pela dialéctica, defendia a possibilidade de uma leitura transversal da poesia camoniana centrada na oposição entre dois estilos (o “engenhoso” e o “palaciano”) e, sobretudo, entre dois ideais contra-dictórios de mulher: Laura, a mulher divina e intangível, originadora de ascese e reverência e Vénus, a mulher terrena e corpórea, que suscitava o apetite da carne. Degladiado e suspenso entre estes dois ideais, o sujeito da lírica de Camões exibia as hesitações próprias de um eu indefinido e afectado inclusivamente por certas contradições de classe, próprias de quem se situava entre uma aristocracia incipiente e depauperada e os interesses de uma condição burguesa não de todo assumida.

² Fundamentada em critérios meramente formais, esta hierarquia enferma, como se sabe, de preconceitos que só muito recentemente começaram a ser ultrapassados. A ideia de que a lírica tradicional se tinha conservado praticamente imune às influências italianas, por exemplo, tem vindo a ser sistematicamente infirmada. Ainda recentemente, a propósito das célebres endechas a Bárbara escrava, Rita Marnoto (1999) acaba de estabelecer nexos convincentes e até aqui insuspeitados.

Numa perspectiva mais ampla, que visa provar a coerência idiolectal do lirismo camoniano, Isabel Adelaide Almeida (1998) publicou um importante estudo que comprova sobejamente os nexos que ligam a lírica em medida velha à restante poesia camoniana.

É claro que a visão de Cidade tinha mais condições para se impor, numa época em que o ensino da Literatura apelava bastante menos do que hoje à hermenêutica e mais ao esclarecimento pré-textual propriamente dito, assente nas coordenadas contextuais e nas matrizes estéticas. O impacto do volume que o Professor de Lisboa editou pela primeira vez em 1936 (ao qual viria a seguir-se, em 1950, um outro dedicado a *Os Lusíadas*) foi considerável e ainda hoje serve de guia a numerosos alunos universitários e a professores de Português. E é significativo que isto continue a suceder, apesar de, em cada Setembro, surgirem nos escaparates das livrarias “sebentas” oportunistas, de poucas páginas, totalmente preenchidas com esquemas e propostas pseudo-didácticas, que operam o milagre da simplificação, pretensamente servindo, ao mesmo tempo, a professores e a alunos e reduzindo o ensino e a aprendizagem de Camões à linearidade conclusa própria de uma ficha sobre a fotossíntese ou as equações do 1.º grau.

1.2 – Embora não possam esquecer-se os esforços de problematização levados a cabo por Jorge de Sena, à margem da Universidade portuguesa, coube sem dúvida a Aguiar e Silva o mérito de ter estabelecido, dentro dela, a ideia de um Camões menos histórico-literário, ou seja menos preso aos códigos epocais que modularam a sua poesia e mais impressivo em termos de afirmação idiolectal.

Já em 1971, aquando da publicação da sua tese de doutoramento sobre a poesia do Maneirismo e do Barroco, o então Professor de Coimbra tinha valorizado a Lírica de Camões, destacando-a das coordenadas renascentistas e colocando-a no centro do Maneirismo enquanto código epocal que consubstanciava uma mundividência agónica e uma atitude essencialmente questionadora³.

³ Esta revisão do quadro epocal em que se inscreve a obra de Camões colheu aplausos quase consensuais. Isso não significa, contudo, que tenha deixado de ser possível ver em Camões um escritor culturalmente renascente. É esta nomeadamente a posição de um estudioso como Pina Martins que, evocando o conhecimento dos códigos do Renascimento italiano, reage ironicamente desta forma às visões maneiristas de Camões: “Bem sei que, para muitos dos modernos cultores da nova-velha crítica, Camões já não é tido por um poeta renascentista, e vão de apodá-lo de “maneirista”, [...] Certas rotulações vagas e ambíguas só servem para nos levar a tomar a nuvem por Juno. Continuemos a reconhecer que termos como “maneirismo” pertencem a um certo domínio, que é o das artes figurativas e plásticas. Classificar Camões como “maneirista” – mesmo alardeando um aparato verbal e erudito brilhante – é pura e simplesmente empobrecê-lo. E também a verdadeira crítica nada tem a ganhar com isso.” (Cf. Martins, 1984, p. 347).

Nove anos mais tarde, vinha a lume na Revista *Colóquio/Letras* um estudo da maior relevância sobre as concepções de Amor que enformam as *Rimas*. Trata-se de um trabalho denso, que requer uma leitura lenta e repetida, porquanto implica uma mobilização de conhecimentos artísticos, históricos e filosóficos que, por via de regra, o aluno ou mesmo o Licenciado em Línguas e Literaturas não possui e também porque convida a uma revisão do entendimento de muitos lugares-comuns que circulavam até aí com trânsito demasiado fácil. A ideia de que o neoplatonismo é um dos códigos estruturantes de toda a lírica de Camões, por exemplo, é objecto de um novo esclarecimento que dá o referido código não já como chave para a compreensão dos versos camonianos, mas como uma referência quase sempre contrastiva, com a qual se confronta um estro marcado pelo pessimismo denegador da Luz eudemonista/optimista do neoplatonismo, que se acendeu em Itália por meados de Quatrocentos, iluminando em muitas tonalidades a Poesia europeia da época⁴.

Esta tónica viria a ser ainda retomada e confirmada pelo mesmo camonista em “As canções da melancolia...” (estudo publicado pela primeira vez em 1993). Desenvolvendo uma linha interpretativa essencialmente aplicada até então nas artes plásticas (nomeadamente pelo grande historiador da pintura quinhentista que foi Erwin Panofski) Aguiar e Silva detém-se sobretudo nas canções IX e X, reclamando para Camões o estatuto de poeta “melancólico”, colocando o acento na noção de **perda** e inscrevendo essa noção nas circunstâncias colectivas que marcavam a nação e a Europa no seu todo, bem como nas circunstâncias pessoais que envolvem os traços de temperamento e as próprias vicissitudes biográficas, tanto quanto a este respeito é possível determinar, em termos literários mais do que em termos empíricos⁵.

⁴ Ainda que em registos diferentes de amplitude e profundidade, o neoplatonismo de Camões foi confirmado por exegetas como António Sérgio (de forma entusiástica), Joaquim de Carvalho e Maria Helena Ribeiro da Cunha. Coube a Eduardo Lourenço e a Maria Vitalina Leal de Matos o papel de sublinhar a heterodoxia do neoplatonismo camoniano, realçando pioneiramente a sua integração numa mundividência mais complexa e fracturada.

⁵ A este respeito, e tomando como exemplo o que sucede declaradamente com Petrarca e Miguel Ângelo, Aguiar e Silva defende inclusivamente a existência em Camões de uma “es-crita da velhice”, datável de 1569 – data provável do seu regresso a Lisboa – até à sua morte: “Naqueles tempos do seu regresso a Lisboa, quando Camões, segundo diz Manuel Correia, frequentava o Convento de S. Domingos, a ortodoxia tridentina, acolhendo o nominalismo de Escoto, exaltava a piedade e a vida religiosa fundadas na Graça,

Deste modo, empalidece a ideia de que a lírica de Camões constitui apenas um repositório (ainda que dos mais completos) da gramática literária do seu tempo e ganha corpo a noção de que se está essencialmente perante uma escrita indócil e atravessada por tensões instáveis e indecidíveis. Que a escrita lírica de Camões revela bem as marcas do contexto em que foi produzida, está fora de dúvida, podendo nessa medida servir para ilustrar didacticamente quase tudo o que se quiser em termos de formas e de conteúdos desde o Renascimento ao Maneirismo. Mas, depois de trabalhos como este, torna-se realmente difícil continuar a conceber Camões apenas como um poeta aplicado e imensamente culto que caldeou de forma excepcional todas as grandes matrizes da poesia ocidental (como sustentaram Joaquim de Carvalho e António Sérgio, por exemplo). Fica-se sim com a noção de que, apesar da nitidez com que por vezes nos seus poemas afloram algumas marcas sub-textuais, Camões é sobretudo o poeta da questionação, que interpela os códigos estético-literários como interpela (ora arrimado à Razão, ora abjurando dela) as grandes verdades e os grandes valores que sustentam o tempo em que viveu. É com ele e só com ele que a poesia portuguesa se converte também numa forma de indagação fenoménica, incidindo sobre os acidentes da vida como sobre a sua natureza e o seu sentido físico e metafísico, com repercussões que se estendem a Antero, Pascoais ou Pessoa.

1.3 – De entre as grandes marcas sub-textuais a que aludi, não há dúvida de que as que ocupam papel mais decisivo no universo camoniano são, sem dúvida, as de Petrarca. Sempre se reconheceu isso mesmo, sem qualquer tipo de contestação e todos os que passaram os olhos pelos utilíssimos comentários de Manuel de Faria e Sousa às *Rimas* puderam confirmar a enorme distância a que o douto comentador e afeiçoado camonista deixa as referências petrarquistas em relação a quaisquer outras. Mas faltava um estudo textual rigoroso que aquilatasse não só da dimensão desta dúvida, mas também da sua natureza. Esse estudo já existe é da autoria de Rita Marnoto (1997). Aliando um conhecimento directo e minudente dos textos de Petrarca com o domínio hermenêutico dos textos camonianos, a autora deste ensaio esclareceu, como até agora ninguém havia feito, os contornos do petrarquismo camoniano na Lírica e na Épica. E fez mais: ao estudar um *corpus* que remonta ao *Cancioneiro Geral* e que culmina justamente

no amor a Deus, na fé cristológica, na vontade ascética e não no conhecimento proporcionado pelo intelecto.” (Cf. “Epilegómenos” in *Camões, labirintos e fascínios*, p. 237-38).

em Camões, pôde surpreender a evolução transformativa que o código conheceu entre nós e explicar como é que

“o quadro de harmonia resultante do panorama genérico do petrarquismo renascentista [se] transmuta numa visão dominada por sinais de inquietude e de preocupação. É em função destas circunstâncias que melhor poderemos compreender a modelização de temas cujo tratamento não havia atraído sobremaneira os poetas renascentistas. O carácter fugidivo da figura feminina, bem como a dificuldade em captar a sua essência, a impossibilidade de viver o amor como um sentimento gratificante, ou a aguda consciência do carácter inexorável da passagem do tempo e da insignificância do género humano, face à prepotência das forças que o comandam, instauram o agudo e doloroso sentido do dissídio petrarquista. Todavia, o momento avançado em que o lirismo português se mostra sensível a esta tensão cerne das páginas do *Rerum uulgarium fragmenta* – irá determinar em boa parte a veemência das fracturas que se abrem no seio do seu universo poético.”

(pp. 649-650)

Ponderando a presença das marcas de códigos como o *dolce stilnovo* e o neoplatonismo renascentista na obra de Camões, Rita Marnoto evidencia a grande diversidade de modelos de associação e de dissociação que se verificam entre estas linhas a propósito dos temas da Natureza e do Amor, do desconcerto do mundo, da Morte ou da ascese ao divino. É que, por detrás das notas de constância que assinalam a obra de Camões, existem também nela largos sinais de transformação contra-dictória que pausam um itinerário existencial relativamente visível; e isto apesar das muitas dúvidas que, como é sabido, continuam a subsistir nos domínios da biografia e da crítica textual.

Dessa forma, não parece sensato continuar a admitir que Camões é petrarquista, sempre da mesma maneira; como não é possível dar como válidas algumas das definições de Petrarquismo que circulam arrumadas em meia dúzia de linhas taxativas e sentenciosas, que podem servir para esclarecimento inicial dos alunos do Secundário mas não devem ser assumidas como balizas do nosso próprio conhecimento. Vale bem a pena consultar o denso estudo de Rita Marnoto para concluir que qualquer destas duas asserções carece de significativos ajustamentos.

1.4 – Termina esta breve selecção camoniana com dois trabalhos que incidem sobre um dos aspectos da Lírica de Camões menos estudados até hoje: os géneros ou os subgéneros, se se quiser. Trata-se ainda de dois trabalhos académicos: um deles resulta de uma tese de Mestrado, defendida

por Maria Micaela Ramon Moreira na Universidade do Minho e incide especificamente sobre os sonetos de temática amorosa; o segundo (que, no momento em que escrevo, se encontra apenas acessível em versão polícopiada) constitui a dissertação de doutoramento de Maria do Céu Fraga, da Universidade dos Açores. Depois de, nos anos 80, Aguiar e Silva ter chamado a atenção para a precaridade dos códigos enquanto chave global de acesso à estética camoniana, eis que duas investigadoras vêm agora repor a questão numa perspectiva genológica. Já se sabia que o confronto de Camões com os grandes códigos estético-ideológicos que configuram a gramática literária do seu tempo depõe a favor da sua singularidade, distanciando-o em muitos aspectos da maioria dos poetas ibéricos de então. Mas havia que compaginar o confronto de Camões – do Camões lírico, entenda-se – com outra vertente dessa gramática, aquela que integra as formas de expressão em geral e os aspectos técnico-literários em particular.

Micaela Moreira propõe, concretamente, uma tipologia dos sonetos de temática amorosa (148 no total de 166 que integram a edição de Costa Pimpão), distribuindo-os por quatro grandes grupos, concebidos a partir de um duplo critério de forma e de conteúdo: o s. prólogo, o s. expositivo-argumentativo com função expressiva, o s. interpelativo e o s. narrativo. Maria do Céu Fraga, por sua vez, estuda os “géneros maiores” da Lírica, estabelecendo em bases muito seguras e inovadoras as suas matrizes, as suas derivações semânticas e técnico-formais e o peso específico de cada um na diversidade do macro-texto camoniano.

A partir destes dois estudos, ficamos, de facto, de posse de dados essenciais acerca do entendimento e do uso que o poeta fez das potencialidades de formas fixas como o soneto ou de géneros maiores como a canção, a égloga, a elegia ou a ode e retemos também excelentes elementos para aferir da importância que cada um destes géneros detém no âmbito geral da Lírica camoniana. Analisar um soneto ou uma canção de Camões considerando as matrizes de que parte e as normas gerais em que se inscreve do ponto de vista da forma e do conteúdo, ajuda a fazer muita luz sobre o seu significado, que surge assim mais integrado na rede de sentido que lhe é própria e menos susceptível de leituras desgarradas ou fantasiosas.

2 – Perfilhada a crença de que o conhecimento da Lírica de Camões, concebido numa perspectiva dinâmica e aberta, constitui factor indispensável para uma didáctica mais informada e eficaz e referidas algumas das propostas de leitura que, em minha opinião, mais podem contribuir para a renovação desse mesmo conhecimento, espera-se agora que formule algu-

mas consequências disto mesmo, em termos de objectivos e conteúdos programáticos.

À partida, parece menos complicado proceder a ajustamentos em função de conteúdos do que a partir de objectivos. O problema da integração dos conteúdos novos exige apenas fundamentação científica e senso pedagógico, na sua formulação e na sua aplicação: o senso que permite seleccionar o que é novo pelo seu grau de consolidação, por um lado, e pela sua exequibilidade e proveito, por outro. O mesmo não sucede com a determinação dos objectivos a alcançar, que para além dos requisitos já referidos, implicam uma série de pressupostos que têm a ver com a coerência curricular e com a adequação psico-afectiva. Ainda aqui, porém, se afigura decisivo o senso de quem elabora os programas e os manuais e a versatilidade de quem, por último, conduz a prática lectiva.

Em termos teóricos, é pacífico que, no Ensino Secundário, a selecção de conteúdos implica a definição de objectivos específicos. Na prática, contudo, esta articulação não se alcança com facilidade, sobretudo se, como é o caso, os conteúdos nem sempre se encontram em estado de perfeita aferição. Salvaguardando pois a margem de actuação que cabe ao professor em cada contexto pedagógico, avancemos para a proposta de alguns objectivos de natureza formativa e informativa, a partir de conteúdos da lírica camoniana.

2.1 – O primeiro objectivo que enumero é de natureza menos específica e envolve, em princípio, os textos líricos em geral:

Aperfeiçoar o conhecimento da Língua Portuguesa, na sua vertente expressiva

Quase é desnecessário lembrar que não se trata aqui de uma precedência cronológica mas de uma prioridade transversal, que se impõe tanto pela natureza dos textos em causa como pela função que a disciplina de Português ocupa no quadro curricular do Ensino Secundário.

Penso que não oferece dúvidas a ninguém que se pode e deve ensinar e aprender Português com a Lírica de Camões. Basta, para tanto, superar o preconceito que nos chegou requeitado a partir dos maus leitores de Jakobson, segundo o qual uma Língua é um instrumento de comunicação limitado a um conjunto de falantes, em situações de absoluta sincronia. Entre muitas outras coisas, a Literatura serve também para corrigir essa visão pobre da Língua, demonstrando que com ela – e porventura só com ela – se pensa, se sente, se lê e constroem mundos. E a

Lírica de Camões é uma portentosa demonstração desse conjunto de potencialidades trans-comunicativas.

Interrogar um soneto sob o ponto de vista do utilitarismo comunicacional pode conduzir, pura e simplesmente, a respostas do tipo “O poeta está triste porque ama e não é correspondido”. Talvez em alguns casos seja necessário partir desses patamares básicos, desmontando o assunto dos textos, mas é sobretudo útil levar os alunos a compreender como a Língua Portuguesa, captada num determinado momento da sua evolução, serviu não apenas para **comunicar**, na acepção corrente do verbo, mas para exprimir, sugerir, reflectir, fruir e jogar, para sondar emoções e sentimentos, para delimitar ou desconstruir conceitos e valores, etc., etc. Caberia aqui, sublinhar, de resto, que a intransitividade é uma das raízes mais impressivas da angústia camoniana e demonstrar formativamente, a partir daí, como a Língua Portuguesa pode funcionar como forma de revelação de realidades subjectivas ou como suporte de leitura do mundo interior⁶.

Para isso tudo serviu a Língua de Camões (que ainda é a nossa) usada no registo lírico. E pode mesmo ser produtivo lembrar e aprofundar as características que demarcam esse mesmo registo, concebido como caso-limite da poesia. Não é possível determinar exactamente o que podem os alunos fazer com este tipo de formação/informação, mas é sem dúvida proveitoso que fiquem com ela, a partir de exemplos excepcionalmente consumados como são os textos líricos de Camões.

2.2 – Passemos agora ao plano dos objectivos especificamente camonianos, de natureza formativa e informativa. Não nos surpreendamos, em primeiro lugar, com a falta de consenso patenteada nos programas (cada vez mais amalgamados e contraditórios, no que respeita a orientações deste tipo) e nos próprios manuais, confinados, por via de norma, à transcrição de textos (quase sempre os mesmos) e a algumas linhas de leitura imanente.

Mesmo correndo o risco de alguns desequilíbrios, atrevo-me a propor aquilo que poderia constituir uma espécie de cânone do conhecimento da Lírica de Camões, a atingir idealmente pelo aluno de Português no termo do Ensino Secundário, se não na memória, pelo menos no domínio da sensibilidade passiva:

⁶ Para uma boa fundamentação teórica e experiencial do ensino da Língua a partir de textos literários, destaco, nestas mesmas *Actas*, de Maria Irene Fonseca “Da inseparabilidade entre o ensino da Língua e o ensino da Literatura” e de Júlio Taborda Nogueira “Sobre o Ensino da Língua e da Literatura ou da união de gramática com poesia”.

1 – Contextualizar a Lírica de Camões, delimitando, com a clareza possível, alguns dados histórico-biográficos.

Aqui se coloca inevitavelmente o problema da utilidade pedagógica do contexto em geral. Que densidade deve ter a informação transmitida neste domínio? Que peso atribuir a circunstâncias como a vida do autor (ao pouco que dela se sabe com segurança e ao muito que sobre ela se tem construído no domínio da fantasia)? E as coordenadas históricas? Até onde se deve ir na clarificação da vida portuguesa da época?

Tendo em conta que o objecto de incidência pedagógica é agora constituído por textos líricos, parece-me que, mais do que evocar coordenadas gerais, que só muito difusamente se repercutem no objecto de análise, importa que nos cinjamos a aspectos de clara projecção textual. Nessa medida, justifica-se balizar o percurso biográfico do poeta, recorrendo às fontes mais prudentes e autorizadas. Deste modo, satisfaz-se a natural curiosidade dos alunos nestas matérias, dissipando equívocos e destrinchando cautelosamente o plano da lenda do plano da realidade histórica. Está sobretudo em causa a ideia fulcral de que a lírica de Camões se desenvolve sob o princípio petrarquista que faz da poesia “uma imitação da vida”, centrada na memória individual e visando efeitos de exemplaridade que devem chegar a destinatários especialmente afinizados.

2 – Identificar os códigos fundamentais que enformam a estética camoniana, incidindo, em especial, na tradição peninsular, no Petrarquismo, no Neoplatonismo e nas derivas maneiristas.

Entre a caracterização sumária e a análise histórico-literária mais desenvolvida, o professor tem toda a vantagem em salientar os aspectos que mais inspiram a escrita camoniana. Nessa medida, será desde logo possível seleccionar os aspectos que mais interessam ao leitor de Camões, traçando-se linhas de leitura estruturantes.

Assim, no que respeita à lírica tradicional, parece importante partir dos registos temáticos e formais que a definem em abstracto, como a inspiração circunstancial e jocosa e o discurso silogístico, para melhor delimitar as especificidades camonianas traduzidas numa incomum profundidade vivencial que inclui o Amor, o Desengano ou o Desconcerto do mundo; no que respeita ao **Petrarquismo**, por sua vez, muito interessará realçar – para além do já citado princípio da “*imitatio vitae*”, ou seja, de

uma poética que assenta na autobiografia sentimental – os estilemas inerentes à caracterização da mulher e dos efeitos do Amor experimentados pelo poeta; no que concerne ao **Neoplatonismo**, e para além da concepção jubilosa e resgatante do amor (que funciona tantas vezes como referência contrastiva no idiolecto camoniano) importa sublinhar a própria concepção órfica do canto lírico, capaz de reinventar e substituir a realidade sombria e desgostante; finalmente, o **Maneirismo** deve ser essencialmente convocado a propósito do confronto do sujeito poético com o Destino e da tonalidade melancólica que envolve o exame autobiográfico.

3 – Distinguir os géneros principais da Lírica camoniana, considerando a especificidade semântica e técnico-formal que lhes corresponde: os diferentes tipos de soneto e de redondilha e, de entre os “géneros maiores”, pelo menos a canção e a égloga.

Neste plano, importa sobretudo assinalar as potencialidades expressivas inerentes a cada género, nos planos da forma e do conteúdo. Temas como o Destino, o Amor, o Desengano e a Natureza, por exemplo, são objecto de modulação diferenciada, consoante as diferenciações que daí resultam.

Como exemplo, bastará lembrar os diferentes graus com que se projecta o tema da Natureza nas redondilhas, nos sonetos de matiz petrarquista ou nas églogas.

4 – Reconstituir o itinerário do sujeito poético e determinar as grandes constantes temático-ideológicas da mundividência camoniana, com destaque para o Amor, o Destino e a Natureza, discriminando o tipo de relações que se estabelece entre elas.

Para além da importância específica dos grandes temas camonianos, existem, apesar de tudo, nas *Rimas*, nexos de coesão, que entretecem uma história e uma interpretação literária dos acontecimentos que a sustentam. Nesse sentido, parece útil que o aluno possa reconstituir essa globalidade, de modo a nela poder integrar os diferentes textos que lê.

Conhece o professor (mas não conhecerá o aluno) as vicissitudes por que têm passado as edições camonianas e o *deficit* de fiabilidade que persiste a propósito dos textos que surgem nas antologias, no que respeita à fixação e à disposição sintagmática. Mas também se sabe que isso não impede o estabelecimento de nexos temático-ideológicos que configuram

uma mundividência muito vincada, onde as marcas epocais se combinam com sinais de absoluta especificidade.

5 – Inventariar os processos formais mais recorrentes na Lírica de Camões e interpretar os respectivos efeitos de sentido.

Lembro, neste domínio, as apóstrofes ao Destino e à Mulher, as imagens, as sinédoques e as metáforas de quadro positivo e negativo que incidem sobre a Natureza e o Amor; as metonímias que tanto servem as situações de ausência e de exílio, as interrogações e os silogismos incompletos que remetem para as incompletudes do Ser e do Conhecer.

Neste âmbito, porém, e apesar de alguns contributos recentes, o professor não dispõe ainda (incompreensivelmente) de estudos monográficos acerca do “Estilo de Camões”. E é necessário ter consciência de que, sem o conhecimento fundamentado de um quadro geral, as práticas de análise do discurso camoniano (incluindo as que se verificam na sala de aula) revelam-se quase sempre dispersivas e atomizadas, correndo-se nomeadamente o risco de tomar por sistemático aquilo que é lateral e episódico.

6 – Esclarecer os pressupostos axiológicos do mundo camoniano, identificando-os de acordo com a época do poeta e tentando depois seguir-lhes o rasto até aos nossos dias.

O que representa na axiologia camoniana a Verdade? e o Sonho? e os diferentes tipos de Desconcerto (moral, ontológico, etc)? Que situações explicam o Desengano? E o Desespero? O que significam palavras como *Claro* ou *Clareza*, *Baixo* ou *Baixa*, em contexto amoroso?

Está fora de dúvida que a Lírica de Camões reproduz uma multiplicidade de tensões estruturais e conjunturais que iluminam a época e o escritor. E é também inquestionável que o conhecimento dessas tensões pode proporcionar ao aluno não apenas a informação de que ele carece para o acesso às estruturas profundas dos textos, mas também a possibilidade de um confronto formativo com valores situados nos planos colectivo e pessoal.⁷

⁷ Em estudo recente, tentei aplicar esta linha de reflexão à Épica camoniana (Cf. “O ensino d’ *Os Lusíadas* e a pedagogia dos valores”, in *I Jornadas Científico-Pedagógicas do Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1999, p. 123-145).

7 – Tomar consciência da posição central que a Lírica camoniana ocupa em termos de intertextualidade regressiva e projectiva, literária e não literária, ética e estética.

Ainda que de forma sumária, importa demonstrar, a este respeito, que os versos de Camões representam, a muitos títulos, a foz em que desaguam os rios da tradição ibérica e europeia, projectando-se depois em ecos que ainda não pararam. Ecos escritos em português, possuidores de uma excepcional capacidade de inculturação designadamente no Brasil e em África. Será talvez uma boa oportunidade para introduzir o tema da Lusofonia, mostrando que a Língua pode ser encarada, ao mesmo tempo, como património e como factor de modelização cultural.

CONCLUSÃO

Como ficou patente, os objectivos considerados consagram o trajeto relativamente convencional que parte da Língua e da “gramática” histórica e estética (1, 2 e 3), alcançando depois o plano da forma e dos conteúdos textuais (4 e 5), culminando nos valores que resultam do texto (6) e terminando com a projecção intertextual.

O cumprimento deste plano não é obviamente possível apenas a partir de meia dúzia de sonetos e redondilhas. Será preciso dar mais tempo à lírica de Camões (porque ela merece-o e justifica-o amplamente) e é muito conveniente inserir nos manuais alguns textos líricos de maior fôlego: penso sobretudo numa canção (a 4.^a, por ser breve e incisiva, conjugada com excertos da 9.^a e da 10.^a), numa égloga (a 2.^a acaba por ser simultaneamente a mais sugestiva e acessível), mas também me ocorrem as “Oitavas ao desconcerto do mundo”, que constituem um invulgar mostruário dos mais importantes processos retórico-estilísticos que acompanham o Desengano camoniano.

Chegado a este ponto, devo declarar que sou daqueles que pensam que os objectivos de uma disciplina ou mais especificamente de uma determinada matéria dentro de uma disciplina devem exercer uma acção reguladora da prática pedagógica, mas não podem funcionar como seu espartilho, nem por excesso nem por defeito. Por isso, em abstracto, não se pode acusar estes objectivos de serem demasiado ambiciosos. Para além de todas as directivas, está fora de dúvida que cada professor deverá ajustá-los ao ritmo e à capacidade de aprendizagem dos seus alunos, hierar-

quizando-os e cumprindo deles o que puder. O que me parece indispensável é que, neste caso como em outros, existam metas que apontem para o que se deve ensinar e o que se pode esperar que os alunos aprendam.

“Dar Camões”, para utilizar uma expressão que nos é familiar, tem que ser mais do que falar dele e de textos dele, durante um certo número de aulas. Leccionar Português a partir de textos de Camões implica uma selecção de conteúdos devidamente sustentados sob o ponto de vista da investigação; pressupõe, depois, o cumprimento de objectivos de vária natureza; como carece obrigatoriamente de uma atitude de adesão afectiva e intelectual da nossa parte e, com algum engenho e sorte, também da parte de alguns alunos.

Manda a prudência que não se vá além de expectativas realistas. E nessa medida, é certo que de todos estes objectivos, os alunos (mesmo os melhores) atingirão apenas uma parte: aquela que lhes falar mais à sensibilidade ou à curiosidade fortemente selectiva que caracteriza o adolescente. Haverá os que retêm do Camões lírico a referência de infelicidade e de insubmissão desesperada; outros, a imagem da graciosidade palaciana ou do poeta repentista que cristaliza as circunstâncias mais fortuitas em quadros de sedimentado lirismo; outros ainda a do cantor da beleza abstracta e angelizada da mulher petrarquista ou da sugestão sensual da Bárbara escrava, a do bucolista sombrio e “inquieto”, a do injustiçado que protesta contra o Destino e o “mando cruel”, etc, etc.

Mesmo confrontados com práticas pedagógicas exigentes, é provável que os alunos retenham apenas um ou dois aspectos deste tipo. Não é muito, realmente, mas convenhamos que já é alguma coisa, contanto que o que aprenderem lhes não iniba a vontade de saber mais, um dia; desde que se apercebam de que a utilidade da poesia pode, afinal, ser imediata em alguns aspectos embora deva ser essencialmente aferida em patamares diferentes daqueles em que habitualmente nos situamos. Nesses quadrantes em que conta mais o mediato do que o imediato, a sensibilidade fruitiva do que a esperteza e a capacidade de adaptação; em que conta, acima de tudo, a sensação de pertença à espécie humana, unida por sentimentos e emoções e não tanto separada por ambições ou interesses.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Isabel Adelaide (1996) – “Camões e a poesia de arte menor”, in *Lírica camoniana. Estudos diversos*, Lisboa, Editorial Cosmos, pp. 27-46.
- CARVALHO, Joaquim de (1978) – “Estudos sobre as leituras filosóficas de Camões”, in *Obra completa*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 299-335.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1984) – “Camões e a tradição poética peninsular”, in *Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 133-151;
- id. (1995) – “A mitologia na lírica de Camões”, in *Românica*, n.º 4, pp. 43-62.
- CIDADE, Hernâni (1985) – *Luís de Camões, I. O Lírico*, Lisboa, Editorial Presença (1.ª edição em 1936);
- id. (1985) – *Luís de Camões, II. O Épico*, Lisboa, Editorial Presença, (1.ª ed. em 1950).
- CUNHA, Maria Helena Ribeiro da (1989) – *A dialéctica do desejo em Camões*, Lisboa, INCM.
- FRAGA, Maria do Céu (1997) – *Os géneros maiores da lírica de Camões* (Dissertação de doutoramento em Literatura Portuguesa apresentada à Universidade dos Açores).
- LOURENÇO, Eduardo (1983) – “Camões e a visão neoplatónica do mundo”, in *Poesia e Metafísica*, Lisboa, Sá da Costa, pp. 51-68.
- MARNOTO, Rita (1997) – *O Petrarquismo português do Renascimento e do Maneirismo*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade;
- id. (1999) – “Camões, Laura e a Bárbara escrava”, in *Estudos de Literatura Portuguesa. Jornadas de Formação de Professores da Universidade Católica Portuguesa*, Centro Regional das Beiras, p. 75-102.
- MARTINS, J. Vitorino de Pina (1984) – “Camões lírico e o Renascimento italiano”, in *Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 329-347.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1981) – *O Canto na poesia épica e lírica de Camões. Estudo da isotopia enunciativa*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português;
- id. (1987) – “O homem perante o destino na obra de Camões”, in *Ler e Escrever*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, pp. 65-78;
- id. – “O tempo na poesia camoniana”, ib, pp. 79-96.
- MOREIRA, Maria Micaela D.P. Ramon (1998) – *Os sonetos amorosos de Camões. Estudo tipológico*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.
- SARAIVA, António José (1997) – *Luís de Camões. Estudo e antologia*, Lisboa, Europa/América, (3.ª ed.).
- SÉRGIO, António (1972) – “Questão prévia de um ignorante aos prefaciadores da Lírica de Camões”, in *Ensaio*, Tomo IV, Lisboa, Livraria Sá da Costa, pp. 11-68.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1994) – *Camões. Labirintos e fascínios*, Lisboa, Editorial Cotovia.